

Calendário da diplomacia presidencial em 1995

11 MAR 1995

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Com sua recente viagem ao Uruguai, para a posse do presidente Julio Maria Sanguinetti, e ao Chile, para uma visita oficial ao país que considera sua "segunda pátria" e com o qual temos uma extensa agenda, o presidente Fernando Henrique iniciou a intensa programação de viagens diplomáticas com que vai participar pessoalmente da política externa do seu Governo. Remontando às origens do Estado-Nação soberano, a Diplomacia de Chefes de Estados foi utilizada nas grandes encruzilhadas da História e mais recentemente passou a ser rotina no tratamento dos assuntos de maior importância entre Estados, marca distintiva da diplomacia contemporânea. A criação e implantação do Mercosul é um exemplo acabado de como têm sido os presidentes os grandes impulsores de iniciativas diplomáticas, abrindo espaços e alternativas que são aprofundados e trabalhados pelas bancleiras, cujo papel é assim fortalecido.

Peça sua relevância para o nosso projeto de desenvolvimento, e por-

que envolve a participação do seu presidente, é conveniente que a sociedade brasileira saiba como essa programação é definida e conheça os seus objetivos diplomáticos. Com a preocupação de equilíbrio e pragmatismo político, e tendo presentes a disposição e a facilidade com que o presidente Fernando Henrique encara sua agenda externa e a necessidade de correr o mundo promovendo o Brasil e seus interesses nacionais, o Itamaraty e a Presidência combinaram os quatro tipos de compromissos internacionais que podem envolver o chefe de Estado, de um lado, com o perfil de uma diplomacia ativa, e o interesse que o Brasil desperta lá fora, de outro. O resultado foi o programa mais intenso que a diplomacia brasileira já propôs a um presidente. Os quatro grupos servem para descrever esse programa.

Um primeiro grupo são os compromissos multilaterais internacionais, que neste ano incluem as comemorações do cinquentenário da vitória aliada na Segunda Guerra, em maio próximo, em Londres, e às quais o Brasil comparece na condição de único país latino-americano que lutou em solo europeu, e as comemorações do cinquentenário das Nações

Unidas, em Nova York, em outubro, das quais o Brasil participa por seus interesses específicos naquela organização e na sua qualidade de membro-fundador.

Um segundo grupo são as viagens ligadas aos grupos regionais a que o Brasil pertence: estão previstas duas reuniões ordinárias de chefes de Estado do Mercosul, em junho e dezembro, a reunião presidencial do Grupo do Rio, a Cúpula Ibero-Americana e a reunião do Grupo dos Quinze. Tanto no primeiro quanto no segundo grupo, a presença brasileira é uma exigência, mais que protocolar, da própria dinâmica de funcionamento desses encontros, em que o acesso às deliberações é condicionado à participação dos países no nível de chefe de Estado. Além disso, esses encontros têm servido ao exercício periódico de contatos paralelos entre pares ou grupos de mandatários, marcados pela agilidade própria do nosso tempo.

Um terceiro grupo são as posses de chefes de Estado de países amigos. Embora difundida na América Latina, essa é uma prática relativamente recente da diplomacia brasileira, iniciada quando o país se redemocratizou em 1985. Tem servido para fortalecer a identidade democrática do

continente e criar uma empatia com os novos governantes desde o início de seus mandatos — uma espécie de cerimônia de boas-vindas ao grupo de mandatários que frequentemente se reúnem. Além disso, é um gesto de grande simbolismo político no quadro das relações entre dois países. Depois do Uruguai, estão previstas posses na Argentina e no Peru, e o presidente Fernando Henrique contempla a possibilidade de prestigiá-las, inclusive em retribuição à presença dos presidentes desses países em sua própria posse, em 1º de janeiro.

Finalmente, o quarto grupo é o das visitas bilaterais propriamente ditas. Como parte essencial de um processo de intensificação das relações ou como retribuição de visita similar ao Brasil, essas viagens cumprem o papel de catalisadores nas relações entre dois países. Elas são cuidadosamente preparadas de forma que a presença do chefe de Estado chancele um salto qualitativo nas relações ou formalize um novo tipo de relacionamento. As visitas funcionam, assim, como alavancas, que empurram as relações para um degrau mais elevado, com reflexos no intercâmbio comercial e econômico, na cooperação e no grau de coordena-

ção política entre os países. Além do Chile, que acaba de ser visitado, estão previstas várias visitas dessa natureza, agendadas com um critério que combina equilíbrio regional, intensidade das relações e necessidade de dar um impulso especial ao relacionamento, através do envolvimento das mais altas hierarquias dos dois Governos, característica própria dos encontros em nível presidencial. A esse critério se soma a exploração harmoniosa das áreas prioritárias da política externa, tais como definidas pelo presidente, e o cuidado do equilíbrio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, de forma a refletir fielmente o caráter universalista e não-excludente da nossa diplomacia. E o presidente pretende que essas visitas tenham uma forte componente empresarial, para fortalecer os laços entre os agentes econômicos do Brasil e do país visitado e aumentar o volume de negócios entre os setores privados.

A simples enumeração das visitas previstas nos próximos 12 meses, algumas das quais ainda em processo de negociação diplomática, é ilustrativa da abrangência, equilíbrio e intensidade dessa agenda: Estados Unidos, Portugal, Venezuela, África do

Sul, Alemanha e União Europeia, Japão, Índia e China. Em todas elas, soma-se uma agenda bilateral extensa e sempre com um grande potencial e a importância do contato pessoal do presidente brasileiro na promoção dos interesses do país e do perfil que o país vem adquirindo, com a estabilização e a retomada do crescimento sobre o pano de fundo da nossa vigorosa democracia.

Prioridade, equilíbrio, harmonia, universalismo: estes são os pressupostos básicos da definição do calendário de viagens do presidente Fernando Henrique. A diplomacia presidencial não é apenas uma exigência da diplomacia moderna, que o presidente cumpre com a sua longa experiência internacional e diplomática; ela é também um instrumento essencial para que o Itamaraty possa operar em sintonia perfeita com a Presidência, com o restante do Governo e com os nossos parceiros. Como eu já pude dizer antes, com a diplomacia pessoal do presidente Fernando Henrique, nunca antes em sua história o Itamaraty terá contado com circunstâncias tão favoráveis.

Luiz Felipe Lampreia é ministro das Relações Exteriores.